

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.922 - SP (2019/0192242-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GENIVAL CAPITULINO DA SILVA
ADVOGADO : LUCAS FERRIGATO OLIVEIRA - SP356461
RECORRIDO : UNIMED SALTO/ITU - COOPERATIVA MÉDICA
ADVOGADOS : LUCIANE CRISTINA COLASANTE - SP194855
MARCELA ELIAS ROMANELLI - SP193612

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GENIVAL CAPITULINO DA SILVA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Plano de Saúde. Ação de obrigação de fazer. Sentença de parcial procedência. Insurgência da ré. Preliminar afastada. Caso dos autos não se aplica a determinação de suspensão em virtude de IRDR Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, pois o plano de saúde do qual o autor era beneficiário não era custeado integralmente pela empregadora. Custeio diferenciado dos planos de saúde oferecido pela empresa aos empregados ativos e inativos. A cobertura dos dois planos é a mesma. Contudo, o valor dos planos, não precisa ser o mesmo, nos termos da RN 279 da ANS e conforme pacífica jurisprudência. Sentença reformada. Recurso da ré provido para julgar improcedente a ação." (e-STJ, fl. 497)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta negativa de vigência do art. 31 da Lei 9.656/1998, sustenta, em síntese, que entende ter direito à manutenção no plano de saúde da ex-empregadora, com as mesmas condições de cobertura e pelo mesmo valor que era pago pela ECTX aos funcionários ativos, em suma, mantendo as mesmas condições usufruídas quando da vigência do vínculo empregatício.

Contrarrazões apresentadas às fls. 557/567, e-STJ.

É o relatório. Decido.

A questão de direito objeto do recurso especial – discussão sobre as condições assistenciais e de custeio asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo – foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015. Com efeito, as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP,

1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitaram o Tema 1.034 nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: i) **negue-se seguimento** ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou ii) **proceda-se a novo exame** da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator